

## Com o pé no barro: a perspectiva do usuário e a construção das políticas de atenção ao usuário de álcool e drogas

Bruno Ramos Gomes

Nos últimos 20 anos, o fenômeno do uso de drogas vem se alterando significativamente, e ao mesmo tempo em que a cultura do uso do crack se espalhou por diferentes cidades brasileiras e se prolifera no discurso midiático ligado a um pânico moral, se multiplicam também instituições para tratamento, sob o nome de comunidade terapêutica. Estes espaços, focados na abstinência e palcos de diversas violações de direitos humanos, tem baixíssimo índice de sucesso, tendo um efeito mais como produtores de subjetividades dependentes cronicadas. O aumento no investimento neste tipo de espaços em meio a um avanço conservador preocupa instituições e coletivos progressistas, sendo considerado um contra ataque no contrapé da reforma psiquiátrica. O que fazer frente a uma complexidade tamanha?

A perspectiva da redução de danos nos mostra um caminho, o investimento na construção do diálogo e a amplificação das vozes daqueles que sofrem com a questão. Tendo nascido no início dos anos 80 com estratégias e ações polêmicas, mas pragmaticamente efetivas, a redução de danos estabelece formas inovadoras de relação com os usuários e sua escuta. De forma hegemônica, o usuário de drogas é visto como alguém pouco interessado em seu próprio bem estar, um manipulador que tem sua mente “dominada” pela droga. Manipulador e pouco confiável, aquele que usa drogas não é consultado sobre que tipo de cuidado necessita, já que parece “óbvio e claro” de que precisa acima de tudo e antes de mais nada, de tratamento para parar de usar. O estigma faz com que aquele percebido como “dependente químico” perca sua voz e seu contexto saia de cena, como se todos os dependentes de drogas fossem iguais, só mudasse o nome e o endereço. Ele volta a ganhar voz apenas como “usuário em recuperação” ou “ex-dependente”, mas apenas para falar dos “malefícios da drogas” e da necessidade de mais internação....

De inovador, a redução de danos trouxe algo simples, mas ao mesmo tempo muito potente: ir até o usuário onde ele está. Este movimento, aliado à escuta do psicólogo, é de extrema importância por trazer a tona peculiaridades e singularidades, ajudando a desconstruir o mito do usuário “zumbi” ou perigoso. Ao sair da sala fechada e deixar de falar apenas com quem chega até o serviço, se entra em contato de forma direta e muito concreta com a realidade do usuário em situação de vulnerabilidade. O pé na lama, o sapato na merda, no lixo, o corpo exposto aos perigos do tráfico e da polícia, os resquícios de humanidade espalhados, atravessados pelas violências cotidianas. Viver na pele e testemunhar os esforços de vida nos faz aos poucos perceber que usuário de drogas não são todos iguais, que cada um tem uma trajetória, que a droga (seja o crack, a cocaína, o álcool ou remédios) muitas vezes é o menor dos problemas do indivíduo, e que quase nada sabemos sobre esta população. Mais do que a droga em si, a criminalização da produção, comércio e tráfico e o estigma são os principais fatores de sofrimento e exclusão.

Ao ir para a rua no trabalho extra-muros, o redutor de danos leva cuidado e volta com um testemunho da violência sofrida pelos usuários, tornando-se automaticamente um porta-voz daquela realidade ao mesmo tempo tão próxima e tão distante. Aqueles vistos como “nóias”, como desejantes apenas de mais um trago, são sujeitos de direitos que na verdade tiveram seus direitos sistematicamente violados nas mais diversas esferas. São pessoas que desejam dignidade, acesso à saúde, moradia, justiça, educação, trabalho. Ou que, mais triste ainda, desistiram de desejar, se resignando na condição de excluído, fracassado, dejetado da sociedade. Ir onde o usuário está nos mostra que sem olhar para estas questões sérias e concretas, não temos como cuidar da saúde. Normalmente, de início não se vê usuários reivindicando mais CAPS-AD ou internação: as demandas são mais básicas, como banheiros, lugar para dormir, descansar, trabalhar.

A ida a campo, o pé no barro, ou a escuta clínica e atenta dentro da instituição nos leva então a um aspecto claramente político em paralelo ao cuidado individual. Como porta-vozes desta realidade que não aparece na televisão, precisamos leva-la aos espaços de construção de políticas, para que estas caminhem nesta direção. É um desafio daquele que trabalha nesta realidade conseguir mostra-la à sociedade, desmistificando o lugar do usuário como vagabundo e do traficante como grande vilão da sociedade. Somente a partir desta desmistificação, da mudança da mentalidade da sociedade, é que se pode reduzir o clamor por mais punição e exclusão. Esta é uma tarefa hercúlea, já que diariamente a televisão, o rádio, os grandes jornais e diversas denominações religiosas poluem a mentalidade das pessoas e distorcem a percepção acerca das drogas e dos envolvidos com elas.

De outro lado, temos também o desafio de mudar não apenas a mentalidade da população em geral, mas também dos usuários de drogas em vulnerabilidade. A grande maioria dos usuários está identificado com este papel, sofrendo entre a vergonha e a culpa. Tendem a ver suas questões como problemas individuais, causados pela falta de “força de vontade” e dificuldade de “controle dos impulsos”, também deixando de lado os fatores estressantes que levam ao uso. Neste aspecto vemos uma fronteira entre o cuidado e a educação popular em direitos. No acompanhamento cotidiano, o cuidado precisa se confundir com formação em cidadania, para que o sujeito não se veja como alguém que merece ser repreendido pelo que passa, mas que, ao contrário, consiga reivindicar os direitos a que lhe são negados o acesso.

Este diálogo com o usuário em sua realidade acontece hoje em dia a partir de diversos equipamentos, principalmente da saúde e assistência social como os consultórios na rua, agentes comunitários de saúde, nos CAPS AD ou nos Centros Pop. Rua. Com o trabalho destas equipes é possível construir um caminho para que os usuários de drogas em situação de vulnerabilidade, os principais afetados pelas políticas de atenção ao uso de álcool e drogas, estejam sentado à mesa nos momentos de construção das políticas públicas, tornando-as mais efetivas, focadas e humanas. Sem esta construção de escuta e diálogo com os usuários, base de qualquer ação de redução de danos digna deste nome, iremos continuar investindo recursos públicos nas velhas, preconceituosas e estigmatizantes estratégias, construídas a partir da necessidade de outros e a partir de mitos totalmente descolados da realidade.